



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Ourém
trabalhando para todos

ASSESSORIA JURÍDICA

PROCESSO Nº 2021.2307.001

PARECER JURÍDICO Nº 2021-1108001

SOLICITANTE : COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ASSUNTO : REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

RELATÓRIO :

Trata-se de Parecer Jurídico solicitado pela Comissão Permanente de Licitação, de Processo Licitatório PE nº 010/2021, na modalidade Pregão, no modo eletrônico, Processo Administrativo nº **2021.2307.001**, sob o regime de registro de preços para aquisição de combustível e lubrificantes para manutenção da frota da Prefeitura Municipal de Ourém e suas secretarias .

O Termo de Referência é originário da consolidação das solicitações das Secretarias Municipais e seus fundos municipais, que possuem veículos e máquinas, próprios, cedidos e locados que integram a frota da municipalidade.

Cabe registrar que o presente processo já fora objeto de análise de parecer inicial desta assessoria jurídica, manifestando em favor da regularidade da minuta do edital e seus anexos, obedecendo a legislação vigente.

Verifica-se que foi iniciada sessão de abertura, no dia 08 de outubro de 2021, momento em que se tomou conhecimento de determinação do Tribunal de Contas dos Municípios para suspensão do certame, diante da suporta irregularidade, posto que o quantitativo do certame tinha valor estimado equivalente em 30%(trinta) por cento do orçamento do Município. Decisão que fora imediatamente acatada.

Analisando os autos, observa-se que a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei nº 8.666/93, no tocante à modalidade e ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Ourém
trabalhando para todos

procedimento. Verifica-se que foram cumpridas as formalidades de publicidade do procedimento, a existência de dotação orçamentária, a realização de pesquisa de preços etc. Restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais da Legislação pertinente. Razões pelas quais não há que se falar em ilegalidade, no sentido de respeito às formalidades procedimentais.

Entretanto, passando a análise do termo de referência e a descrição dos produtos, elaborados pelas equipes técnicas das Secretarias interessadas, verificou-se erro no levantamento de alguns produtos que possuíam quantitativos além do real estimado, acreditando-se que tenha sido erro de digitação, como observa-se o item 38, que no TR consta 400 e 4000, e deveria ser 4 e 40 unidade, mínimo e máximo, e além disso, produtos com especificações insuficientes para sua devida destinação, estando em desconformidade com o art. 3º e art. 15, inciso I da Lei nº 8.666/93, uma vez que a descrição de diversos itens não observou apenas os elementos necessários e suficiente para a aquisição do objeto, comprometendo a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

Ressalte-se que a presente licitação ainda não foi homologada pelo Chefe do Executivo, se encontra suspensa, em atendimento a determinação do TCM/PA.

DO PARECER :

O art. 3º da Lei Federal 8.666/93, que trata dos elementos necessários ao edital, enfatiza:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

[\(Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010\).](#)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Ourém
trabalhando para todos

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato,, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#); [\(Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010\).](#)”

Desta forma, quando o planejamento é realizado de forma precisa, permite que o certame seja realizado com êxito, pois a avaliação dos quantitativos e valores será realizada de forma correta. Evitando-se falhas não há prejuízo a competição e principalmente à própria execução do objeto licitado.

Ademais, no que tange ao erro no levantamento dos lubrificantes, a adequada quantidade e descrição dos produtos que serão utilizados nas ações das secretarias municipais, é necessária, vez que elevados valores de contratação, por mais que sejam pelo sistema de registro de preços, comprometem o orçamento municipal, o que ensejará a nulidade da licitação efetivada.

Verificou-se que sem parâmetros reais para comparativo de gastos de combustível no ano de 2020, em decorrência da pandemia pelo vírus COVID-19, utilizou-se os dados de 2019, quando todos os serviços públicos municipais estavam em pleno funcionamento, mas que ainda assim, não correspondem a atual realidade, vez que alterações na frota também ocorreram.

A Lei nº8.666/93 também trata da revogação do procedimento de forma clara e exemplar no momento em que dispõe:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. “



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Ourém
trabalhando para todos

Portanto, atendidos os requisitos do artigo supracitado poderá ser a licitação anulada ou revogada. De mais a mais, a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473. Senão vejamos:

Súmula nº 346 - Administração Pública - Declaração da Nulidade dos Seus Próprios Atos: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula nº 473 - Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

José Cretella Júnior leciona que

“pelo princípio da autotutela administrativa, quem tem competência para gerar o ato, ou seu superior hierárquico, tem o poder-dever de anulá-lo, se houver vícios que os tornem ilegais”. O poder-dever da Administração Pública de rever seus próprios atos decorre exatamente da necessidade de resguardar o interesse público, revogando e anulando atos administrativos que, mesmo depois de praticados, se tornem lesivos aos interesses da administração.

Ao certo, a contratação da empresa para fornecimento dos produtos sem que o mesmo esteja de acordo com a real necessidade da Administração é uma irregularidade, mas permitir que se adquirira quantidade de produto sem necessidade é totalmente contrário a lei, além da imprecisa descrição do que se deseja adquirir é contrário ao interesse público, que deve ser combatido por revogação ou anulação.

Voltando ao debate do art. 49 da Lei 8.666/93, que possibilita o ato de invalidação do certame, necessário enfatizar que referida norma prevê duas formas de fazê-la. A primeira é a revogação que deve operar quando constado a existência de fato superveniente lesivo ao interesse público. A segunda é a anulação que opera quando da existência de vício de



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Ourém
trabalhando para todos

legalidade (violação as normas legais). No caso em debate, como já mencionado, a licitação obedeceu a todos os requisitos formais exigidos na lei para a modalidade, entretanto, o termo de referência e o julgamento não foi realizado de acordo com as diretrizes prevista na Lei nº8.666/93, possuindo vício de legalidade.

É evidente a existência de fato posterior (constatação de erro no termo de referência) relevante e prejudicial (violação as normas legais) e ao interesse público (boa administração das finanças) a justificar revogação, nos moldes da primeira parte do caput do art. 49 da Lei 8.666/93.

Revogação segundo Diógenes Gasparini “é o desfazimento da licitação acabada por motivos de conveniência e oportunidade (interesse público) superveniente – art. 49 da Lei nº 8.666/93”. Trata-se de um ato administrativo vinculado, embora assentada em motivos de conveniência e oportunidade. Cabe aqui ressaltar que é necessária a ocorrência de fato superveniente e de motivação para que o procedimento da licitação seja revogado pautado no interesse público. Diversamente do que ocorre com a anulação, que pode ser total ou parcial, não é possível a revogação de um simples ato do procedimento licitatório, como o julgamento, por exemplo. Ocorrendo motivo de interesse público que desaconselhe a contratação do objeto da licitação, é todo o procedimento que se revoga. Referida Lei 8.666/93, art. 49, § 3º, prevê ainda que no caso de desfazimento da licitação fica assegurado o contraditório e a ampla defesa, garantia essa que é dada somente ao vencedor, o único com interesse na permanência desse ato, pois através dele pode chegar a executar o contrato, o que não é o caso, já que não se chegou a declarar os vencedores.

Desta feita, diante da impossibilidade do prosseguimento, a revogação do certame torna-se obrigatória, haja vista ser uma das funções da Administração Pública resguardar a legalidade e o interesse público, e o erário público de despesas comprovadamente ilegais.

Portanto, esta assessoria jurídica entende que o erro tem potencial suficiente de revogar o certame, tanto pela indução errônea acerca de diversos produtos pretendidos, como pela consequência mediata de não conduzir a "melhor oferta", sendo este o objetivo primordial



PREFEITURA MUNICIPAL DE

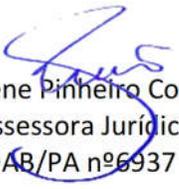
Ourém
trabalhando para todos

de qualquer licitação e que se afasta do interesse público.

Diante do exposto, esta assessoria jurídica, **sugere** revogação do procedimento licitatório, a imediata adequação do termo de referência e a realização de novo certame, nos termos dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da economicidade e da moralidade, bem como do artigo 49 da Lei 8.666/93. Além da imediata comunicação ao Tribunal de Contas dos Municípios.

É o parecer. SMJ.

Ourém, 08 de novembro de 2021.


Irlene Pinheiro Corrêa
Assessora Jurídica
OAB/PA nº6937